

Mudanças na proposta para o campo

por Francisca Stella Fogó
de Brasília

Na primeira reunião da Comissão da Ordem Econômica da Constituinte, realizada ontem, manifestaram-se os primeiros sinais de que deverão ser substancialmente alteradas as propostas aprovadas nas Subcomissões de Reforma Agrária, de Princípios Gerais e da Questão Urbana.

As propostas foram criticadas com veemência até mesmo pelos constituintes que ajudaram a aprová-las. "Fomos extremamente competentes para derrubar o parecer de Virgildácio, mas extremamente incompetente para montar uma proposta boa", admitiu o deputado Jalles Fontoura (PFL-GO), que usou o seu direito de voto para derrubar o anteprojeto do relator da Subcomissão de Princípios Gerais e igual-

mente para aprovar as emendas vitoriosas.

Também o deputado Alysson Paulinelli (PFL-MG) admitiu que a proposta aprovada pelo seu grupo na Subcomissão de Reforma Agrária deixou muito a desejar. Atribuiu, porém, a responsabilidade do resultado à "intransigência" do relator, o deputado Oswaldo Lima Filho (PMDB-PE). O deputado acredita que o problema será superado na Comissão, cujo relator, o senador Severo Gomes (PMDB-SP), "é mais hábil, mais acessível".

Severo Gomes já deu início às negociações para encontrar pontos de consenso entre os membros da Comissão e se dispôs a encurtar ainda mais o prazo previsto no regimento para apresentar o seu anteprojeto.

Ele deixará mais tempo para o debate. No dia 4 de junho, o senador entregará

um esboço de anteprojeto que servirá como ponto de partida para as discussões e apresentação de emendas.

No dia 8, apresentará o anteprojeto incorporando as emendas. No dia 15 vence o prazo para a proposta ser encaminhada à Comissão de Sistematização.

Quase a metade dos membros da Comissão foi ontem à reunião. Ausentes, os principais articuladores dos anteprojetos aprovados nas Subcomissões — Delfim Netto (PDS-SP), Roberto Campos (PDS-MT) Edison Lobão (PFL-MA), — foram acusados pela deputada Irma Passoni (PT-SP) de terem apresentado pacotes fechados para votação.

Na avaliação do deputado Fernando Santana (PCB-BA), o anteprojeto aprovado na Subcomissão de Princípios Gerais privilegiou de tal forma o capi-

tal estrangeiro que nem mesmo o setor empresarial brasileiro escaparia de um desastre. "A questão não é ideológica", ponderou. "Ficou claro que a burguesia nacional, as forças hegemônicas empresariais, não estão bem representadas na Comissão", disse.

A definição de empresa nacional aprovada na Subcomissão, segundo Santana, abre de tal forma o País para o capital estrangeiro que nenhuma empresa nacional de fato conseguiria sobreviver. A definição que resultou de emenda do deputado Guilherme Afif Domingos (PL-SP), considera empresa nacional "aquela constituída sob as leis brasileiras e que tenha sua administração sediada no País". Por esse critério, conforme o deputado Luiz Salomão (PDT-RJ), seriam nacionais a Esso, a IBM e, a Shell.